

- Porto Alegre, Maria Sylvia. Aldeias indígenas e povoamento no Nordeste no final do século XVIII: aspectos demográficos da 'cultura de contato'. *Ciências Sociais Hoje*. São Paulo: Hucitec/ANPOCS, 1993, p. 195-217;

8

ALDEIAS INDÍGENAS E POVOAMENTO DO NORDESTE NO FINAL DO SÉCULO XVIII: ASPECTOS DEMOGRÁFICOS DA "CULTURA DE CONTATO"

Maria Sylvia Porto Alegre

"O açúcar matou o índio." Assim sintetiza Gilberto Freyre, em *Casa Grande e Senzala*, a sua maneira de entender o impacto da colonização sobre os povos indígenas, afirmando que a reação ao domínio europeu "foi quase a de pura sensibilidade ou contratilidade vegetal; o índio retraíndo-se ou amarfanhando-se à nova técnica econômica e ao novo regime social e moral".

Criticando o padrão descrito por Freyre, de "reação vegetal" do índio ao branco, Florestan Fernandes retoma essa discussão, para questionar a hipótese subjacente, de que o processo de destribalização se inscrevia exclusivamente na esfera de influência e de ação dos brancos. Reformulando o problema, o autor propõe-se discutir a questão do ângulo dos fatores dinâmicos que operavam a partir da organização social indígena, não sem antes ressaltar, apropriadamente, que não foi o açúcar que matou o índio mas sim a expropriação territorial e processos decorrentes, "que expuseram os indígenas, que não conseguiram se retrair além das fronteiras móveis do sertão, a condições heteronômicas ou anômicas de existência, nas relações com os portugueses" (Fernandes, 1975:129).

Trabalho apresentado no GT História Indígena e do Indigenismo.

Invertendo a perspectiva de Gilberto Freyre, Florestan Fernandes estudou a reação dos povos Tupi à conquista, nos séculos XVI e XVII, para concluir que há uma conexão entre o padrão tribal de organização social e as relações com os brancos. O sistema organizatório dos Tupi, por ter se mantido relativamente rígido e impermeável às pressões externas, forçou-os a duas únicas opções: fuga ou submissão.

A fuga com isolamento teria representado a alternativa mais consistente na dinâmica do sistema organizatório tribal dos Tupi, possibilitando a preservação da herança biológica, social e cultural. Nesse caso, o preço pago pela autonomia foi elevado, deslocando a luta pela sobrevivência para o terreno ecológico. Os Tupi tiveram de adaptar-se, progressivamente, a regiões cada vez mais pobres, para escapar ao destino de transformarem-se em camponeses, diluindo-se demográfica e culturalmente nas populações caboclas regionais (idem:30).

Quanto à diluição demográfica e cultural implicada na alternativa da submissão, as dificuldades de análise são bem maiores, pois dizem respeito à complexa dinâmica do contato interétnico e da mudança. A antropologia no Brasil, desde os anos 50, vem refutando a visão dos "intérpretes" generalistas da cultura brasileira, bem como os estudos sobre aculturação, de base evolucionista, inspirados nas teorias funcionalistas do "encontro entre culturas". Um grande esforço tem sido feito, na busca de perspectivas analíticas que dêem conta das relações de dominação presentes no contato interétnico, considerando duas evidências históricas: a) a forte pressão integrativa da chamada "sociedade nacional" sobre as sociedades tribais, e b) a organização tribal como fator ativo na relação entre índios e brancos.

Conceitos como "fricção interétnica" (Oliveira, 1968), "transfiguração étnica" (Ribeiro, 1970), "identidade étnica" (Oliveira, 1976) e "etnicidade" (Cunha, 1979) provocaram uma revisão contundente dos modelos de aculturação e suas tipologias, e contribuíram decisivamente para mostrar a resistência à extinção por parte de sociedades tribais de alto grau de contato com as populações regionais.

O rompimento com as teorias deterministas, que erroneamente preconizaram o desaparecimento inevitável do índio na atualidade, revelou a necessidade de aprofundamento da pesquisa de novas fontes documentais, na busca de evidências que permitam traçar um perfil mais compreensivo e menos impressionista da relação das "frentes de expansão" com os povos indígenas, reavaliando as formas históricas de ocupação do espaço regional e a suposta transformação do índio em "caboclo" ou "camponês".

OS POVOS INDÍGENAS E A COLONIZAÇÃO DO NORDESTE

Seguindo as pistas abertas por Florestan Fernandes, vemos que os aspectos ecológicos envolvidos no contato interétnico assumiram uma ênfase explícita no Nordeste, onde os avanços da colonização dividiram a região em duas grandes zonas de ocupação demográfica e econômica distintas: a Mata litorânea e o Sertão interior.

[Como sabemos, foi na Zona da Mata, nas áreas propícias à plantação de cana-de-açúcar, que se instalaram os primeiros núcleos de povoamento portugueses, dando início, logo no século XVI, ao processo depopulativo dos grupos indígenas que habitavam essa área, através do extermínio e expropriação de seus territórios.] Entretanto, apesar da alta mortalidade, alguns grupos conseguiram permanecer no local de origem, em situação de contato intenso com a população regional, enquanto outros fugiam, dispersando-se pelo interior da própria região, escondendo-se nas serras e nos sertões, até alcançar as fronteiras ainda inabitadas do Piauí e do Maranhão.

Os índios que habitavam o sertão somente foram tirados de seu relativo isolamento pela expansão pastoril, nos séculos XVII e XVIII, quando então foram igualmente expulsos da terra ou dizimados. Os remanescentes refugiaram-se nas áreas mais áridas e mais afastadas, ainda não ocupadas porque destituídas de interesse econômico para o Estado português. Uma parcela desses índios também permaneceu no local de origem, no sertão já agora ocupado quase inteiramente com a distribuição de sesmarias, sobrevivendo em contato com o mundo dos brancos. }

Qual era o destino das populações indígenas e como se distribuíam na região, no período final da colonização portuguesa, quando a maior parte de seus territórios já havia sido alcançada pelas frentes de expansão?

Para responder a essa pergunta partimos da consideração de três possibilidades diferenciais de reação das sociedades tribais à situação de contato: (a) extinção, (b) migração, ou (c) permanência no local de origem.

Em virtude da limitação das fontes, iremos nos deter, neste trabalho, apenas à análise do perfil demográfico dos grupos que se enquadram na terceira possibilidade, ou seja, aqueles que continuaram a viver em suas terras, agora confinadas ao espaço reduzido dos aldeamentos indígenas. Uma vez que os documentos pesquisados não trazem dados sobre a composição étnica do total da população, ficamos impedidos, por ora, de qualquer conjetura sobre o destino dos índios isolados, dispersos na população circundante.

Utilizamos como fonte de pesquisa os censos estatísticos do final do século XVIII e julgamos que a demografia histórica apresenta-se como ponto

de partida valioso para uma revisão histórica do destino dos povos indígenas do Nordeste. Sua principal contribuição é fornecer novos indicativos sobre a dinâmica da organização social, através da reconstituição do perfil da população e descrição de suas características.

AS FONTES

Os censos do século XVIII estão organizados a partir de freguesias, unidade básica da estrutura administrativa civil e eclesiástica das capitânias. Através da identificação das chamadas "freguesias de índios" é possível então comparar as populações indígenas com o restante da população, embora não se possa determinar a proporção de índios e não-índios no interior dessas freguesias, onde viviam também brancos e mestiços, em pequeno número.

Tomamos como base de estudo o primeiro censo geral de população do Nordeste, realizado em 1777 em quatro capitânias — Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará —, que contém dados referentes ao tamanho e composição da população por idade, sexo e domicílio e indica as taxas de natalidade e mortalidade.

Utilizamos três documentos, sendo os dois primeiros manuscritos pertencentes ao fundo *Caixas de Pernambuco*, do Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa, e o terceiro um relatório impresso, publicado nos *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*:

a) "Relação de todas as igrejas parochiaes que pertencem ao Bispado de Pernambuco dividido em capitânias; as distancias das freguezias, suas capellas alem das matrizes, o numero dos sacerdotes, que nellas existem, alem dos parochos, seos fogos e as pessoas de dezobriga, por mandado de el rey nosso senhor. D. Thomaz, Bispo de Pernambuco, Olinda, 19 de febreiro de 1777". *A.H.U., Caixa de Pernambuco n. 65*.

b) "Mapa que mostra o numero dos habitantes das quatro capitânias deste governo, a saber, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande, e Ciará. Jozé Cesar de Menezes, Recife de Pernambuco, 30 de setembro de 1777". *A.H.U., Caixa de Pernambuco n. 70*.

c) "Idéia da população da capitania de Pernambuco e das suas annexas, extenção de suas costas, rios, e povoações notaveis, agricultura, numero dos engenhos, contractos, e rendimentos reaes, augmento que estes tem tido &a. &a. desde o anno de 1774 em que tomou posse do governo das mesmas capitânias o governador e capitam general Jozé Cezar de Menezes". *Anais da*

Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, volume XL (1918), Rio de Janeiro, 1923.

A "relação" e o "mapa" de 1777 foram enviados pelo governador de Pernambuco à Secretaria dos Negócios do Reino, em resposta à ordem real de 18 de setembro de 1776, extensiva a todas as capitânicas do Brasil, que determinava a realização do primeiro recenseamento geral dos habitantes da colônia. A partir dos dois documentos, o governador José César de Meneses organizou e remeteu a Lisboa, em 1782, a "idéia" da população das quatro capitânicas, acompanhada de um longo relatório.

O censo do Nordeste de 1777-1782 é considerado o mais completo registro demográfico do Brasil do século XVIII (Alden, 1963), já tendo sido objeto de estudos anteriores (Ribeiro Júnior, 1976; Marcílio, 1986). Entretanto, grande parte dos dados que contém acham-se inexplorados.

Antes de passarmos à análise das fontes convém apontar alguns problemas, já mencionados por outros pesquisadores na avaliação dos censos setecentistas no Brasil. O primeiro problema decorre da própria dificuldade nas contagens, devido à grande dispersão da população, relativamente pequena, numa extensa área geográfica. Além disso, uma resistência passiva entre os colonos, receosos de que as informações resultassem em cobranças de impostos e recrutamento militar, dificultava o trabalho dos recenseadores. O principal problema, porém, é de ordem técnica e decorre de erros e imprecisões na preparação dos relatórios, que passavam por muitas mãos, uma vez que eram feitos pelos capitães-gerais e pelos bispados, a partir da coleta de seus subordinados, principalmente os mestres de campo e padres das paróquias (Alden, 1963:181-2).

Os três documentos contêm algum tipo de incorreção ou discrepância nos resultados, de tal forma que a abordagem comparativa fica, em parte, prejudicada. São erros de natureza variada, que serão apontados ao longo do texto, à medida que forem surgindo. É importante reconhecer, entretanto, que os censos setecentistas fornecem informações extremamente valiosas, apesar das limitações. Eles são a fonte mais fidedigna de que dispomos, até o momento, sobre o povoamento da região e distribuição da população. São documentos básicos, que servem de ponto de partida para uma reavaliação das relações interétnicas no contexto da história regional, à luz da documentação arquivística inédita que vem sendo localizada pelas pesquisas mais recentes de fontes sobre a história indígena e do indigenismo em arquivos brasileiros.

PADRÕES DE POVOAMENTO DO NORDESTE NO FINAL DO SÉCULO XVIII

Em fins do século XVIII, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará formavam uma única capitania, denominada "Capitania de Pernambuco e suas anexas", que incluía também parte do que é hoje Alagoas. Paraíba foi anexada administrativamente a Pernambuco em 1755, voltando à autonomia em 1799. O Rio Grande do Norte estava subordinado ao governo de Pernambuco desde 1701, quando se desligou da Bahia, e sua autonomia só foi concedida em 1820. O Ceará, separado do Maranhão desde 1656, esteve subordinado a Pernambuco até 1799. Alagoas só foi desmembrada de Pernambuco em 1817. A extensão territorial sob jurisdição do governador e do bispado de Pernambuco era de 2.203 léguas.

Vejamos, inicialmente, o contexto da economia regional, nesse momento. Transformações importantes haviam ocorrido na vida econômica das quatro capitanias, com a criação das companhias de comércio, pelo Marquês de Pombal, em 1759. A chamada "Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba", que funcionou entre 1759 e 1780, recebeu privilégio para atuar numa área que, desde o início da colonização, fora a mais rentável. A política portuguesa levava em conta o enorme potencial a ser explorado no Nordeste, quer pela produção açucareira quer pelas fazendas de gado (Ribeiro Júnior, 1976).

Ribeiro Júnior mostra que, durante a vigência do monopólio, houve um considerável aumento da produção açucareira. A produção de couros, resultante do grande rebanho bovino que se formava na região, também cresceu em ritmo acelerado. O tráfico escravo intensificou-se, principalmente no intercâmbio com Angola, que, além de fornecer mão-de-obra, consumia manufaturas e produtos brasileiros, como o tabaco, a aguardente e o açúcar (idem: 206).

A dinamização da vida econômica pode ser avaliada pela expansão demográfica. Comparando documentos de 1762-63 com os censos de 1777 e 1782, Ribeiro Júnior mostra que a população mais do que duplicou em um período de quinze anos, passando de 169.582 habitantes em 1762-63 para 363.238 habitantes em 1777, atraída pelas novas perspectivas de sobrevivência e pela possibilidade de um mercado seguro para escoamento de sua produção. Conforme conclui o autor: "estava no plano da metrópole a promoção demográfica visando aumentar a produção e, portanto, a arrecadação" (idem:73).

O projeto de expansão da produção associou-se a uma reformulação

administrativa, com o objetivo de criar mecanismos mais eficazes de arrecadação de impostos e impor novas formas de controle da mão-de-obra. Adotando uma política urbanizadora, Pombal promoveu a elevação da maioria dos núcleos urbanos à categoria de vila, numa ação centralizadora que visava superar a dispersão e relativa autonomia dos povoados, principalmente aqueles do interior, que ficavam mais longe do alcance e das vistas do Estado.

Com essas medidas o governo português buscava, primordialmente, novos meios de submeter a população livre e a população indígena ao trabalho, para atender a suas próprias necessidades e às demandas das classes produtoras, e enfrentar o problema de escassez de mão-de-obra, decorrente do declínio precoce da escravidão. Com efeito, um dos elementos mais significativos das mudanças que se processavam na sociedade nordestina é a rápida redução do número de escravos no total da população e a crescente presença de negros e pardos libertos. Em 1762-63, os escravos representavam apenas 23% da população. Do total de 120.263 habitantes livres, 10.132 eram negros forros e 13.737 pardos forros, os escravos libertos representando quase 20% da população livre (idem:73).

Cada capitania estava dividida em um pequeno número de *comarcas*, compostas de *termos*, com sede nas vilas ou cidades respectivas. Os termos dividiam-se em *freguesias*, circunscrição eclesiástica que servia também como demarcação para a administração civil e formava a *paróquia*, onde se localizava a igreja-sede (Prado Junior, 1948:304).

Pelo censo de 1777-1782, a população das quatro capitanias distribuía-se por 85 freguesias. Pernambuco contava com 45 freguesias, Paraíba com 11, Rio Grande do Norte com 9 e Ceará com 20.

Havia apenas três cidades na região — Olinda, em Pernambuco; Nossa Senhora das Neves, na Paraíba; e Natal, no Rio Grande do Norte — e 36 vilas, sendo 14 em Pernambuco, 5 na Paraíba, 4 no Rio Grande do Norte e 13 no Ceará. Isso significa que 46 freguesias, a maior parte delas em Pernambuco, ficavam totalmente na área rural, desprovidas de núcleos populacionais que pudessem ser caracterizados como propriamente “urbanos”, uma vez que a vila era a unidade mais simples de organização administrativa.

Um dado surpreendente é que, das 36 vilas existentes, 22 eram “vilas de índios”, isto é, antigos aldeamentos missionários fundados e controlados, em sua maioria, pelos jesuítas, que atuaram no Nordeste de 1549 até 1759, data de expulsão da Companhia de Jesus do Brasil, colaborando de forma decisiva para a implantação do projeto colonizador do Estado português.

Havia, ainda, quatro “lugares de índios”, ou seja, pequenos núcleos de população indígena que não foram elevados a vila com as reformas de Pom-

bal, sendo três deles em Pernambuco e um no Ceará, perfazendo um total de 26 freguesias de índios.

O grande número de aldeamentos indígenas é, por si só, um indicativo eloqüente do alto grau de contato das populações nativas com as frentes de expansão da região e da forte presença indígena no substrato étnico da população.

Distribuição das Freguesias — 1777-1782

	Freguesias total	Cidades	Vilas	Freguesias de índios
Pernambuco	45	1	14	9
Paraíba	11	1	5	4
Rio Gde. Norte	9	1	4	4
Ceará	20	-	13	9
Total	85	3	36	26

São as seguintes as freguesias de índios constantes dos censos de 1777-1782:

— *Pernambuco*: Limoeiro, Escada, vila de Atalaia, Porto Real, vila de Águas Belas, vila de Simbres, vila de Assunção, vila de Santa Maria, vila de Alhandra.

— *Paraíba*: vila do Conde, vila de Nossa Senhora do Pilar, vila da Bahia de São Miguel, Vila Flor.

— *Rio Grande do Norte*: vila de Arez, vila de São José, vila de Estremoz, vila de Porto Alegre.

— *Ceará*: vila de Soure, vila de Mecejana, vila de Arronches, vila do Crato, vila de Monte-Mor-o-Velho, vila de Armeiros, vila Viçosa Real, vila de Monte-Mor-o-Novo, Almofala.

As transformações da segunda metade do século XVIII afetaram profundamente a vida das antigas aldeias missionárias, que passaram quase todas à categoria de vila a partir de 1760, regidas pelas leis do Diretório pombalino. A vila pombalina foi instituição bem diversa do aldeamento missionário. Como mostra Moreira Neto em seu estudo sobre o *tapuio* da Amazônia: “em primeiro lugar, o carisma religioso foi substituído pela presença e pela opressão física da autoridade local e do colono mas, também, por valores abstratos

juase sempre incompreensíveis, como as posturas e normas legais, a autoridade (pouco convincente e de duvidosa legitimidade) de índios e mestiços convertidos em juizes e vereadores — funções vedadas, via de regra, às lideranças tradicionais do grupo — e por símbolos profanos mas ominosos, como o pelourinho. Acima de tudo, a nova ordem representava a desistência da autonomia relativa — que é um dos traços mais característicos das comunidades de índios e tapuios que coexistiram ou sobreviveram ao regime das missões” (Moreira Neto, 1988:25).

Não resta a menor dúvida de que o indigenismo pombalino teve um efeito desagregador maior sobre a organização tribal que o regime anterior das missões. Visando transformar o índio numa força de trabalho controlada, as vilas pombalinas do final do século XVIII foram o locus por excelência da fricção interétnica, o espaço onde se davam os conflitos, centrados na questão da terra e do trabalho.

Tomando o conceito de “frente de expansão” do ponto de vista de sua estrutura interna e de sua dinâmica, Roberto Cardoso de Oliveira (1967) mostra como a desorganização das sociedades tribais e a depopulação indígena são processos que não se dão ao acaso, sendo necessário entender os interesses que motivam a ação dos agentes externos envolvidos. A distinção do autor entre “fronteira demográfica” e “fronteira econômica” leva-o a concluir que a faixa situada entre essas duas fronteiras — o sertão — é a área onde tem lugar, preferentemente, o conflito.

De fato, a documentação sobre os aldeamentos no Ceará, que se situam na faixa intermediária do sertão entre o leste pernambucano e o meio-norte naranhense, mostra que a política indigenista no sertão, no final do domínio colonial, tinha como principal objetivo submeter os índios ao trabalho compulsório. A mão-de-obra indígena foi largamente utilizada no Ceará, sobretudo entre 1780 e 1820, para atender à demanda dos produtores de algodão para o mercado externo. A população indígena foi alvo de intenso controle nesse período, com a justiça sendo invocada continuamente para evitar a fuga das aldeias, os motins e rebeliões por parte dos índios, que resistiam à submissão (Porto Alegre, 1992).

A documentação inédita, recentemente localizada no Arquivo Público do Estado do Ceará, pela pesquisa do Guia de Fontes para a História Indígena e do Indigenismo em Arquivos Brasileiros, revela que a administração local continuou a usar as leis do diretório pombalino, mesmo depois de sua revogação em 1796, para tomá-las como base de autoridade e legitimidade na dominação dos índios aldeados. Os índios do Ceará permaneceram sob a tutela do diretório até 1824, sendo abundante a correspondência das câmaras

sobre aluguel de índios, cartas de doação de índios escravos, prisões e violência policial contra os índios, que recorriam à fuga das aldeias e à deserção em massa para escapar ao destino de serem tratados como escravos.

PERFIL DEMOGRÁFICO DOS NÚCLEOS POPULACIONAIS

As quatro capitânias do Nordeste tinham em 1777 uma população de 363.238 habitantes, o que equivalia a aproximadamente 25% da população do país, calculada em 1.505.706 habitantes (Alden, 1963:190).

Essa população distribuía-se muito desigualmente pelo território: Pernambuco abrigava a maior parte dos habitantes (62,3%), enquanto na Paraíba vivia 14% da população, no Rio Grande do Norte 6,7% e no Ceará 17%.

A maior parte dos habitantes vivia, ainda, ao longo da estreita faixa do litoral que formava a Zona da Mata, onde o povoamento era praticamente contínuo desde Natal, no Rio Grande do Norte, até Penedo, nas margens do rio São Francisco, atual Estado de Alagoas. Na área mais extensa do sertão, que corresponde a cerca de 50% da região, incluindo quase todo o Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte e grande parte de Pernambuco, a dispersão era maior e a densidade demográfica bem inferior à Zona da Mata.

A densidade populacional era elevada para a época, nos principais centros urbanos de Pernambuco, como Recife (18.053 habitantes), Goiana (17.038), Tracunhaém (13.049), Luz (11.212), Cabo (9.952), Olinda (9.580), Ipojuca (9.047), Serinhaém (8.919), Una (7.143), Jaboatão (7.461) e Igarauçu (7.158).

Na Paraíba, a maior concentração demográfica se dava na cidade da Paraíba (17.425), vindo a seguir Mamanguape (8.328), Pombal (7.514), Taipu (4.270) e Seridó (3.382).

No Rio Grande do Norte a população urbana era menor. Os principais núcleos eram Assu (4.277), São José (3.550), Natal (3.221), Pau dos Ferros (3.118) e Goianinha (3.066).

No Ceará a densidade urbana também era baixa. A população se distribuía com maior uniformidade pelo sertão, em núcleos de porte médio para os padrões da época, tendo como principais vilas Aracati (6.863), Sobral (6.089), Icó (6.028), Viçosa (4.900), Cariris Novos (4.336), Inhamuns (4.345), Aquirás (3.642) e Fortaleza (3.132).

A distribuição da população por sexo achava-se relativamente equilibrada, com um pequeno excedente masculino na Paraíba e Rio Grande do Norte e um excedente feminino no Ceará.

Distribuição da População por Sexo — 1777

	Masculino	%	Feminino	%	Total população
Pernambuco	112.830	49,86	113.418	50,12	226.248
Paraíba	26.182	51,16	24.987	48,83	51.169
Rio Gde. Norte	12.827	52,68	11.520	47,31	24.347
Ceará	29.615	48,17	31.859	51,82	61.474
Total	181.454	49,95	181.784	50,04	363.238

A família nordestina tinha, em média, cerca de seis indivíduos, sendo 5,87 o número médio de habitantes por domicílio, o que não se distanciava muito da média da família brasileira, de aproximadamente cinco habitantes por “fogo” (Alden, 1963:200).

É importante ressaltar as diferenças nos padrões de povoamento das duas grandes zonas geográficas e humanas: Mata açucareira e Sertão pecuário, que se revelam nitidamente no arranjo domiciliar. O número de habitantes por “fogo” era mais alto no Rio Grande do Norte e Ceará, de povoamento mais recente, com grande dispersão dos moradores por todo o território, vivendo agrupados em um número menor de domicílios. Em Pernambuco e na Paraíba o povoamento era mais denso na faixa litorânea, de ocupação mais antiga, onde as unidades familiares se multiplicavam, com menor concentração de moradores por domicílio.

Embora não haja dados sobre a composição familiar dos “fogos”, o equilíbrio quanto à presença de homens e mulheres na população permite inferir uma organização social estruturada dentro do modelo em que a família nuclear ocupa lugar central.

Características das Unidades Familiares — 1777

	Número de fogos	Total população	Habitantes por fogo
Pernambuco	40.012	226.248	5,65
Paraíba	8.405	51.169	6,08
Rio Gde. Norte	3.630	24.347	6,70
Ceará	9.804	61.474	6,27
Total	61.851	363.238	5,87

Esse equilíbrio contrasta com a excepcionalidade das frentes de expansão da pecuária do século XVII e início do século XVIII, onde a presença de mulheres era reduzidíssima, com predomínio quase absoluto de homens-vaqueiros nas fazendas de gado, poucos casais constituídos e um número muito pequeno de crianças. No final do século XVIII, a fronteira móvel da pecuária extensiva avançava para o Piauí e ainda acusava um considerável excedente de homens na população. Mesmo assim, os domicílios piauienses com família conjugal já eram predominantes (50,3%), vindo a seguir os domicílios com famílias múltiplas (16,2%), formados de dois, três ou quatro casais não aparentados vivendo numa mesma casa. Os domicílios com família extensa eram menos freqüentes (6,7%), sendo o padrão mais comum desta categoria a convivência de sobrinhos ou sobrinhas junto com seus tios, com ou sem primos, ou famílias extensas ascendentes, representadas exclusivamente por sogras. Os domicílios com apenas um morador eram raros, e viver isoladamente, mesmo num núcleo urbano, representava uma escolha excepcional (Mott, 1978:1206-7).

Outras inferências sobre o predomínio da família nuclear podem ser feitas a partir do perfil de idade da população. O grande número de crianças e jovens revela altas taxas de fecundidade e crescimento demográfico. O elevado índice de população de idade inferior a 15 anos, aliado ao equilíbrio da presença de homens e mulheres na população, reforça a suposição de que a família conjugal, composta do casal e seus filhos vivendo em um domicílio comum, constituía o modelo predominante de organização familiar.

Infelizmente, a distribuição por faixa etária dos censos apresenta o problema de dividir os grupos de idade para os dois sexos em faixas diferentes, impossibilitando a sua comparação. Enquanto o censo de 1777 agrupa as mulheres adultas entre 14 e 50 anos, os homens adultos são agrupados entre 15 e 60 anos. Apesar dessa limitação, o grande número de adultos dos dois sexos revela que o tamanho e a estrutura da família correspondiam às imposições da vida produtiva, com uma proporção elevada de indivíduos aptos para o trabalho.

Os dados são suficientes para mostrar a importância da família enquanto lugar da divisão sexual do trabalho, sobretudo no sertão, onde a presença de escravos era pequena e o trabalho livre enraizava-se na produção doméstica e na divisão do trabalho familiar, que caracterizam a organização da vida camponesa no complexo algodoeiro-pecuário (Porto Alegre, 1987).

A comparação entre as faixas etárias fornece algumas pistas adicionais para o entendimento da dinâmica do povoamento. No Ceará e Rio Grande do Norte, a proporção de crianças entre 0 e 7 anos era mais elevada que em

Pernambuco e na Paraíba, evidenciando uma população em crescimento mais acelerado no sertão. Por outro lado, a expectativa de vida era superior na Zona da Mata, com um maior número de mulheres acima de 50 anos e de homens acima de 60 anos.

Distribuição da População por Idade — 1777

	0-7		7-15		15-60		+60		+50	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F
Pernambuco	26.198	25.069	21.171	17.435	58.194	54.147	7.267	16.767		
Paraíba	5.993	5.462	4.668	4.744	12.949	10.986	2.572	3.795		
Rio Gde. Norte	3.360	3.093	2.352	2.045	6.339	5.096	776	1.286		
Ceará	7.986	7.648	6.138	6.369	14.043	15.460	1.448	2.382		
Total	43.537	41.272	34.329	30.593	91.525	85.689	12.063	24.230		

As taxas de natalidade e mortalidade também indicam um maior crescimento vegetativo da população no sertão. Esse dado corrobora as teses de que a pecuária favoreceu a expansão demográfica, em virtude do acesso à terra, que era abundante, e de uma alimentação rica em proteínas. No Ceará, onde o criatório já ocupava a maior parte das terras, no final do século XVIII, além da carne de gado, a população criava animais de pequeno porte, como galinhas, cabras, ovelhas e porcos, tendo uma dieta alimentar superior à dos que viviam nas áreas estritamente açucareiras (Pinheiro, 1990:50).

Total População — Taxa de Natalidade e Mortalidade — 1777

	Nascimentos	%	Obitos	%	Total população
Pernambuco	8.715	3,86	6.085	2,68	226.248
Paraíba	1.719	3,35	1.018	1,98	51.169
Rio Gde. Norte	990	4,06	383	1,57	24.347
Ceará	2.515	4,09	1.064	1,73	61.474
Total	13.435	3,69	8.550	2,35	363.238

Além de sua importância enquanto grupo social básico, a formação da família sertaneja dentro dos padrões do catolicismo metropolitano e da caetequese representou um poderoso agente ideológico e modelo cultural para a construção de uma ética positiva do trabalho que revertesse os efeitos danosos provocados pelo estigma da escravidão e facilitasse a incorporação do homem pobre livre ao sistema econômico dominante.

Nesse sentido, houve uma forte utilização das estruturas criadas nos aldeamentos indígenas, tanto jesuíticos como pombalinos, na organização de um mercado de trabalho "livre" embrionário, isto é, não-escravo, no século XVIII. A estratégia de uso das missões como foco de recrutamento do trabalhador livre pode ser percebida através da posterior atuação de missionários no século XIX, como o padre Ibiapina, que percorreu o sertão nordestino, entre 1860 e 1875, pregando, construindo igrejas, açudes, cemitérios e casas de caridade (Pinheiro, 1990). Ibiapina foi um dos mais destacados agentes religiosos empenhados na construção de uma nova ideologia do trabalho. Na sua pregação o trabalho perde o caráter aviltante para se transformar em meio de salvação das almas e a religião desempenha um papel importante, como instrumento pedagógico para que a crescente população sertaneja se submetesse ao trabalho regular e disciplinado.

PERFIL DEMOGRÁFICO DAS ALDEIAS INDÍGENAS

A população indígena aldeada também distribuía-se muito desigualmente nas quatro capitanias, só que em sentido inverso ao da população não-indígena. Era muito pequena em Pernambuco (3,7% da população), um pouco mais numerosa na Paraíba (10,2%), no Ceará aumentava de forma significativa, representando 27,9% da população e no Rio Grande do Norte tornava-se ainda mais elevada, chegando a 35,1% do total da população.

No seu conjunto as freguesias de índios somavam, em 1777, 39.405 indivíduos. A população indígena aldeada mais numerosa vivia no Ceará, representando quase metade desse total. Em 1782 o número de índios aldeados havia baixado para 34.988, registrando-se um esvaziamento sensível dos aldeamentos cearenses, onde se centrava o conflito, como já dissemos, em torno da terra e do trabalho, levando os índios homens adultos que não se submetiam às leis do diretório a se evadirem em massa das aldeias, para escapar aos rigores da prisão e dos castigos.

As aldeias indígenas mais populosas eram Viçosa (4.900 habitantes) e Crato (2.792) no Ceará; São José (3.550) e Estremoz (2.503) no Rio Grande

Distribuição da População Indígena — 1777

	Freguesias de índio	Total população	Porcentagem
Pernambuco	8.519	226.248	3,76
Paraíba	5.182	51.169	10,12
Rio Gde. Norte	8.549	24.347	35,11
Ceará	17.155	61.474	27,90
Total	39.405	363.238	10,84

Distribuição da População Indígena — 1782

	Freguesias de índio	Total população	Porcentagem
Pernambuco	8.512	229.713	3,70
Paraíba	5.050	52.468	9,62
Rio Gde. Norte	8.182	23.812	34,35
Ceará	13.244	61.408	21,56
Total	34.988	367.401	9,53

População indígena — unidades familiares — 1777

	Número de fogos	Total população indígena	Habitantes por fogo
Pernambuco	2.185	8.519	3,89
Paraíba	1.481	5.182	3,49
Rio Gde. Norte	1.544	8.549	5,53
Ceará	3.449	17.155	4,97
Total	8.659	39.405	4,55

do Norte; e Atalaia (2.782) em Pernambuco. A população de Artonches, no Ceará, calculada em 6.070 habitantes, está superestimada, evidenciando um erro nas contagens. Entre as aldeias médias contavam-se Simbres (1.186) e Alhandra (1.659) em Pernambuco; Conde (1.907), São Miguel (1.386) e Pilar (1.040) na Paraíba; Arez (1.731) no Rio Grande do Norte; Mecejana (1.538)

e Soure (1.388) no Ceará. A maior parte das aldeias de Pernambuco era bem pequena, representando enclaves em meio à densidade populacional da região, como Assunção (650), Águas Belas (577), Santa Maria (511) e Porto Real (372). Vila Flor (849) era a menor aldeia indígena da Paraíba e Porto Alegre (765), a menor do Rio Grande do Norte. No Ceará havia quatro pequenas aldeias: Monte-Mor-o-Novo (710), Monte-Mor-o-Velho (264), Arneiroz (203) e Almofala (198).

O esvaziamento acelerado dos aldeamentos, no sistema pombalino, torna-se flagrante quando observamos a estrutura das unidades familiares. O número médio de moradores por domicílio nas aldeias indígenas é bem inferior ao dos demais núcleos de povoamento. Aquilo que impropriamente poderia ser chamado de “família indígena” constituía uma unidade composta em média por 4,5 moradores, não chegando a 4 moradores em Pernambuco e na Paraíba.

O processo de despovoamento das aldeias e desorganização da vida tribal fica mais evidente quando examinamos a composição por sexo e idade da população indígena. Nas freguesias de índios a proporção de crianças entre 0 e 7 anos é maior que nas demais freguesias, indicando que a fecundidade e o crescimento vegetativo da população indígena eram superiores aos da população não-indígena. Entretanto, o número de indivíduos do sexo masculino começa a diminuir a partir dos sete anos, acentuando-se na idade adulta, justamente a que corresponde à fase produtiva, dos índios em idade de trabalhar, que, como já dissemos, fugiam das aldeias para escapar ao trabalho compulsório.

Na comparação entre Mata e Sertão, vemos que a proporção de crianças em Pernambuco é superior à do Ceará. E possível que essa discrepância não seja real mas sim devido a outros erros nas contagens no Ceará. O número de mulheres adultas nessa capitania está visivelmente inflacionado, como podemos comprovar comparando o censo de 1777 ao de 1782, em que a presença de mulheres índias adultas no Ceará é bem mais reduzida.

As taxas de natalidade e mortalidade novamente mostram um crescimento vegetativo superior da população indígena no Ceará, chamando a atenção a alta mortalidade de índios em Pernambuco e na Paraíba.

A limitação dos dados não permite uma análise no interior da organização familiar dos índios aldeados. Contudo, sabemos que as vilas pombalinas se empenharam deliberadamente em desorganizar o sistema de parentesco tribal, sob o pretexto de promover a “civilidade dos índios” (Leis do Diretório, 1759). O Diretório procurava alterar a política dos jesuítas, por achar que dava demasiada autonomia aos índios, com leis explícitas sobre a

População Indígena por Idade — 1777

	0-7		7-15		7-14		15-60		14-50		+60	+50
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F
Pernambuco	1.159	1.249	795	653	1.894	1.881	288	600	4.136			
Paraíba	624	596	494	373	1.357	1.287	144	307	2.619			
Rio Gde. Norte	1.271	1.100	730	682	2.111	1.917	250	488	4.362			
Ceará	2.011	1.970	1.229	2.110	2.364	6.391	440	640	6.044			
Total	5.065	4.915	3.248	3.818	7.726	11.476	1.122	2.035	17.161			

População Indígena por Idade — 1782

	0-7		7-15		7-14		15-60		14-50		+60	+50
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F
Pernambuco	1.133	1.304	800	692	1.850	1.813	290	630	4.073			
Paraíba	605	617	450	418	1.301	1.271	166	222	2.522			
Rio Gde. Norte	1.264	1.151	723	629	2.062	1.578	206	569	4.255			
Ceará	2.427	2.268	1.086	1.016	2.675	2.672	364	736	6.552			
Total	5.429	5.340	3.059	2.755	7.888	7.334	1.026	2.157	17.402			

População Indígena — Natalidade e Mortalidade — 1777

	Nascimentos	%	Óbitos	%	População indígena
Pernambuco	495	5,81	443	5,20	8.519
Paraíba	226	4,36	314	6,05	5.182
Rio Gde. Norte	314	3,67	151	1,76	8.549
Ceará	791	4,61	381	2,22	17.155
Total	1.826	4,63	1.289	3,27	39.405

substituição das moradias coletivas por “casas iguais às dos brancos”, separando as famílias em unidades conjugais e recomendando que se construíssem “casas decentes para os seus domicílios, desterrando o abuso e a vileza de viverem em choupanas”. Recomendava, ainda, o casamento entre brancos e índios e o estabelecimento de moradores não-índios nas aldeias, incentivando a mestiçagem.

A “CULTURA DE CONTATO” E A EMERGÊNCIA DO CABOCLO

Se a estreiteza do campo de observação nos impede de apresentar resultados mais conclusivos, podemos, no entanto, afirmar, sem medo de errar, que a política indigenista da segunda metade do século XVIII dedicou-se com particular afincamento à desarticulação deliberada da vida tribal junto aos grupos indígenas que viviam em contato com a população nacional. Tal política inseria-se em um projeto mais amplo da Coroa portuguesa, visando a incorporação, no conjunto da população, dos índios remanescentes das guerras e conflitos que caracterizaram o contato na fase de ocupação do território, nos séculos XVI e XVII.

O projeto do Estado português, através das leis do Diretório pombalino, procurou anular as marcas distintivas das inúmeras etnias em presença, atingindo diretamente sua cultura e a própria identidade étnica. Impôs a obrigatoriedade da língua portuguesa, proibiu o uso das línguas nativas, ou mesmo da “língua geral”, obrigou a adoção de sobrenomes portugueses, forçou a separação das famílias, castigou o não-uso de vestuário, sobretudo por parte das mulheres, procurando, por meio da desarticulação cultural das sociedades tribais, a melhor forma de dominá-las.

Quando encontravam resistência, os agentes do governo sufocavam as rebeliões, transferindo constantemente os índios de uma aldeia para outra. Unificavam aldeias, para que se tornassem mais populosas, ignorando as diferenças tribais e misturando propositadamente diversas etnias. Obrigavam que cada aldeia tivesse um mínimo de 150 moradores, facilitando o estabelecimento de moradores brancos, com direito à posse da terra. Recomendavam e promoviam os casamentos mistos, dando aos índios as mesmas honrarias e títulos concedidos aos brancos. Enfim, aproveitavam todas as oportunidades para fazer aquilo que o Diretório chamava de “reforma dos abusos, dos vícios e dos costumes”, na consecução de seus objetivos.

Todas essas interferências diretas na vida das aldeias certamente impuseram o aceleramento de transformações na identidade étnica, impossíveis

de serem apontadas hoje. Entretanto, como mostram os resultados desta pesquisa, não resultaram no “desaparecimento” do índio da região.

A hipótese que levantamos, a partir dos aspectos demográficos analisados, é que se achava em curso um processo de sobrevivência étnica, já iniciado no período da tutela jesuítica, construído através da substituição gradativa da autonomia das culturas tribais específicas por algo que pode ser chamado de uma “cultura de contato”. Germinada no interior dos aldeamentos, a dinâmica cultural do contato expandiu-se para fora desses limites controlados e mais visíveis, através da dispersão dos povos indígenas pelo sertão, incorporando mudanças e reproduzindo continuidades.

Utilizamos o conceito de “cultura de contato” no sentido empregado por Moreira Neto, para designar o modelo adotado nos núcleos jesuíticos do Guairá e do Alto Uruguai e repetido na Amazônia, cujo produto final é o “tapuio”:

“a singularidade cultural do tapuio é menos o produto da preservação de uma cultura indígena dominante, que do processo inverso de perda de identidade étnica, substituída por uma cultura compósita, uma espécie de cultura de contato feita frutificar pelas missões, e que não podia geralmente ser reterida a nenhuma cultura indígena em particular, embora de muitas delas, do mesmo modo que da tradição cultural européia, houvesse herdado, redefinido e incorporado elementos” (Moreira Neto, 1988:46).

O tapuio, esse índio genérico destribalizado, encontra seu duplo no “caboclo”, tantas vezes identificado pelos antropólogos nas pesquisas sobre as “frentes de expansão”, e é esse caboclo que vamos encontrar em gestação no Nordeste, nesse momento. O tapuio/caboclo surge, historicamente, onde a colonização se fez com uso intensivo da população indígena e presença diminuta de colonos brancos e onde a mestiçagem ganhou terreno rapidamente, assinala Moreira Neto. Caso, precisamente, do sertão nordestino no final do século XVIII, que concentrava uma massa ainda considerável de índios, poucos escravos e uma economia em expansão necessitando de mão-de-obra.

A nosso ver, contudo, a “cultura de contato”, resultante da presença ainda forte de povos indígenas vivendo em pequenos enclaves em meio à população regional cada vez mais numerosa, não se configura de modo unilateral imposição do branco sobre o índio. Não se trata de mera negação do domínio instrumental e normativo de uma cultura e sua substituição deliberada por uma mistura de outras tradições culturais. Tomemos cuidado para não deslizar novamente para as teses de “reação vegetal do índio ao branco”, deixando de perceber o caráter dinâmico da mudança cultural e o papel ativo lo próprio índio nesse processo.

Retomando as hipóteses de Florestan Fernandes, pensamos que a “cultura de contato” só pode se desenvolver ali onde existe flexibilidade e fluidez nos grupos sociais em presença. Ela deve ser buscada, sobretudo, na capacidade que as sociedades tribais demonstram em seu sistema organizatório de se adaptar ao contato e insistir em permanecer no local de origem, preservando de alguma forma sua identidade, mesmo deprivadas.

A flexibilidade, fluidez e capacidade de sobrevivência diante das transformações se traduzem, num primeiro patamar, no padrão de reprodução demográfica: taxas elevadas de fecundidade, crescimento vegetativo, alto número de crianças e jovens nas aldeias e baixa taxa de mortalidade.

Naturalmente, as condições adversas do contato e seus efeitos desagregadores sobre a organização tribal não devem ser minimizados. Tais fatores podem, também, ser avaliados através dos dados censitários, como se observa, por exemplo, na rápida diminuição do número de homens, tanto jovens como adultos.

Podemos concluir, portanto, que, apesar do esvaziamento progressivo das aldeias, uma parte dos índios do Nordeste conseguiu permanecer no seu local de origem. A perda de visibilidade, o chamado “desaparecimento”, guarda uma relação direta com a emergência da categoria denominada “caboclo”, produto da dinâmica cultural do contato. Buscando formas variadas de preservar sua unidade, os povos indígenas remanescentes na região valeram-se da dinâmica da “cultura de contato” para sobreviver. E souberam agir com eficácia em determinados momentos, apoiando-se na identidade étnica, para continuar a viver em suas terras, pelo menos até meados do século XIX, quando novas pressões ameaçaram extinguir definitivamente a maioria das aldeias.

BIBLIOGRAFIA

- ALDEN, Dauril. “The Population of Brazil in the Late Eighteenth Century: A Preliminary Study”, *Hispanic American Historical Review*, v. XLIII, p. 173-205, 1963.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. “Etnicidade: da cultura residual mas irreductível”, *Revista de Cultura e Política*, São Paulo, 1(1): 35-9, 1979.
- DIRETORIO, *que se deve observar nas povoações dos índios do Pará, e Maranhão em quanto Sua Magestade não mandar o contrário. Publicado no ano de 1757 por Francisco Xavier de Mendonça Furtado.*
- FERNANDES, Florestan. *A investigação etnológica no Brasil e outros ensaios.* Petrópolis, Vozes, 1975.
- MARCILIO, Maria Luiza. “A população do Brasil em perspectiva histórica”, in COSTA, Iraci del Nero da (org.). *Brasil, História econômica e demográfica.* São Paulo, IPE-USP, 1986.

- MOREIRA NETO, Carlos A. *Índios da Amazônia: De maioria a minoria*. Petrópolis, Vozes, 1988.
- MOTT, Luiz R. B. "Estrutura demográfica das fazendas de gado do Piauí-colonial: Um caso de povoamento rural centrífugo", in *Revista Ciência e Cultura*, SBPC, 30(10): p. 1196-210, 1978.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso. "Problemas e hipóteses relativas à fricção interétnica. Sugestões para uma metodologia", *Revista do Instituto de Ciências Sociais*, v. IV, n.º 1, Rio de Janeiro, 1967.
- _____. *Urbanização e Tribalismo. A integração dos índios Terena numa sociedade de classes*. Rio de Janeiro, Zahar, 1968.
- _____. *Identidade, etnia e estrutura social*. São Paulo, Pioneira, 1976.
- PINHEIRO, Francisco José. *A organização do mercado de trabalho no Ceará, 1850-1880*. Recife, Universidade Federal de Pernambuco, 1990. Mimeó.
- PORTO ALEGRE, Maria Sylvania. "Fome de braços — Questão Nacional. Notas sobre o trabalho livre no Nordeste no século XIX", *Cadernos Ceru*, Centro de Estudos Rurais e Urbanos, Universidade de São Paulo, 1987.
- _____. "Vaqueiros, agricultores, artesãos. Origens do trabalho livre no Ceará colonial", *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, Universidade Federal do Ceará, 1990.
- _____. "Fontes inéditas para a história indígena no Ceará", *Cadernos do NEPS*, Editora da Universidade Federal do Ceará, 1992.
- PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 3.ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1948.
- RIBEIRO, Darcy. *Os índios e a civilização*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1970.
- RIBEIRO JUNIOR, José. *Colonização e monopólio no Nordeste brasileiro: a Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba, 1759-1780*. São Paulo, Hucitec, 1976.

APÊNDICE

FREGUESIAS DO NORDESTE — POPULAÇÃO EM 1777

PERNAMBUCO

1. Olinda	9.580
2. S. Pedro Mártir	1.534
3. Recife	18.053
4. Várzea	4.491
5. S. Lourenço da Mata	6.886
6. Tracunhaém	13.049
7. Luz	11.212
8. Santo Antônio	4.892
9. Jaboatão	7.461
10. Moribeca	6.525
11. Cabo	9.952
12. Ipojuca	9.047
13. Serinhaém	8.929
14. Una	7.143
15. S. Bento do Porto Calvo (AL)	2.938
16. Porto Calvo (AL)	4.278

17. Camaragibe (AL)	5.477
18. Alagoa do Norte (AL)	5.103
19. Vila das Alagoas (AL)	5.892
20. S. Miguel das Alagoas (AL)	4.347
21. Penedo (AL)	5.488
22. Porto da Folha (SE)	2.671
23. Cabrobó	4.755
24. Limoeiro*	252
25. Escada*	530
26. Atalaia*	2.782
27. Porto Real (AL)*	372
28. Águas Belas*	577
29. Simbres*	1.186
30. Assunção*	650
31. Santa Maria*	511
32. N. S. do Ó do Meirim (AL)	1.535
33. Poxim (AL)	2.198
34. Tacaratu	1.720
35. Bom Jardim	4.440
36. Bezerros	1.299
37. Garanhuns	3.341
38. Maranguape	2.280
39. Igarçu	7.158
40. Itamaracá	5.454
41. Goiana	17.038
42. Tijuapapo	3.374
43. Taquara	3.722
44. Alhandra (PB)*	1.659
45. Também	4.467
Total	226.248

PARAÍBA

46. Cidade da Paraíba	17.425
47. Mamanguape	8.328
48. Vila do Conde*	1.907
49. Pilar*	1.040
50. Bahia da Traição de S. Miguel*	1.386
51. Vila Flor (RN)*	849
52. Taipu	4.270
53. Cariri Velho	2.693
54. Campina Grande	2.365
55. Pombal	7.514
56. Seridó	3.382
Total	51.169

RIO GRANDE DO NORTE

57. Cidade do Rio Grande	3.221
58. Arez*	1.731

59. S. José*	3.550
60. Estremoz*	2.503
61. Porto Alegre*	765
62. Goianinha	3.066
63. Assu	4.277
64. Apodi	2.116
65. Pau dos Ferros	3.118
Total	24.347

CEARÁ

66. Aquirás	3.642
67. Soure*	1.388
68. Messejana*	1.538
69. Arronches*	6.070
70. Crato*	2.792
71. Monte-Mor-o-Velho*	264
72. Monte-Mor-o-Novo*	710
73. Arneiros*	203
74. Viçosa*	4.900
75. Fortaleza	3.132
76. Aracati/Russas	6.863
77. Quixeramobim	2.466
78. Icó	6.028
79. Cariris Novos	4.336
80. Amontada	1.632
81. Inhamuns	4.345
82. Sobral	6.089
83. Granja	2.344
84. Almofala*	198
85. Serra dos Cocos	3.442
Total	61.474

(* freguesias de índios)

MARIA SYLVIA PORTO ALEGRE é graduada em Ciências Sociais e doutora em Antropologia pela Universidade de São Paulo. É autora de trabalhos sobre arte e cultura popular, iconografia e uso da imagem nas ciências sociais. Professora do Departamento de Ciências Sociais e Mestrado de Sociologia da Universidade Federal do Ceará.